PRODUÇÃO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL COM AUTOGESTÃO: a contribuição dos profissionais da arquitetura e do Serviço Social na formação política por meio do trabalho coletivo com movimentos de moradia.

Paula Carvalho Paschoal Raulino [1]

Cleonice Dias dos Santos Hein[2]

RESUMO

Busca-se apresentar reflexões sobre a contribuição dos profissionais de Arquitetura e Serviço social, para a formação política das famílias participantes no movimento de moradia. Parte-se das experiências acadêmica e profissional das autoras, e das narrativas de Valter Silva, participante nos espaços e nas atividades planejadas pelos profissionais para trabalho social e mutirão. Valter destaca-se por apresentar, em suas narrativas, elementos reflexivos, que demonstram forte incorporação dos valores coletivos da formação política e pode contribuir de forma rica para o presente estudo. Os resultados indicam que os participantes e profissionais apresentam identidade política comum, pautada pela reforma urbana, pelo direito à cidade, a luta por moradia digna, e com participação social; apresentam também tensões, conflitos, entre esses sujeitos políticos, que fazem diferença na cena pública. Os profissionais têm papel importante para a formação política, no fortalecimento e na sensibilização de grupos que atuam o objetivo de transformação social.

Palavras-chave: Formação Política; Serviço social; Arquitetura.

ABSTRACT

It is intended to present reflections on the contribution of architecture and social work professionals to the political formation of families participating in the housing movement. It starts from the academic and professional experiences of the authors, and from the narratives of Valter Silva, a participant in the spaces and activities planned by the professionals for social work and collective effort. Valter stands out for presenting, in his narratives, reflective elements, which demonstrate a strong incorporation of the collective values of political formation and can contribute in a rich way to the present study. The results indicate that participants and professionals have a common political identity, based on urban reform, the right to the city, the struggle for decent housing, and social participation; they also present tensions, conflicts, between these political subjects, which make a difference in the public scene. Professionals have an important role in political training, in strengthening and raising awareness of groups that work with the objective of social transformation

Keywords: Political Formation; Social service; Architecture.

[1] Assessoria técnica Ambiente Arquitetura; arquiteta e urbanista; papaschoal@gmail.com
[2] Assessoria técnica Ambiente Arquitetura, NEPI e NEMOS da PUC/SP; assistente social; kewzinha1@gmail.com

1 INTRODUÇÃO: URBANIZAÇÃO, LUTA PELA TERRA E A MORADIA DIGNA

O objetivo do artigo é apresentar reflexões sobre a contribuição dos profissionais de arquitetura e Serviço social, para a formação política das famílias participantes nos movimentos de moradia vinculados à União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) e no projeto Alexios Jafet, localizado na zona oeste da cidade de São Paulo. O Movimento foi fundado em 1987, atua por meio da autogestão na produção habitacional com mecanismos de participação popular e a organização dos trabalhadores na luta por direitos e mudanças sociais. Nesse contexto, estão os assistentes sociais e arquitetos (as) que compõem o histórico das lutas sociais. O estudo parte do reconhecimento da trajetória desses participantes no contexto das políticas urbana e habitacional e das conquistas dos movimentos de moradias, com a hipótese de que o trabalho realizado pelos profissionais que atuam no projeto Alexios Jafet, contribui para a formação política dos trabalhadores. A metodologia adotada é a História Oral, que possibilita identificar elementos, na história de vida de um indivíduo, que se relacionem com a história da sociedade. O artigo embasa-se nos estudos da perspectiva crítica marxista, envolvendo procedimentos científicos: pesquisas bibliográfica, documental e as narrativas de um participante, Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste (Movimento Noroeste), fundado em 1986 e vinculado à UMM-SP. São futuros moradores no projeto de HIS, Alexios Jafet[3].

É uma das maiores conquistas dos movimentos vinculados à UMM-SP[4], considerando que são mil cento e quatro unidades habitacionais com a modalidade autogestão e mutirão, sendo o primeiro no País com tamanha proporção neste

[3] O projeto recebe recurso do programa habitacional Minha Casa Minha Vida modalidade Entidades.

[4] Destaca-se que o projeto é composto por três diferentes movimentos de moradia: Movimento Noroeste; Associação por Habitação com Dignidade (A.H.D), fundada em 1989, com o objetivo inicial de lutar pelo assentamento de setecentas famílias na região norte da cidade de São Paulo, mais especificamente, na Vila Nilo, e continuou com o objetivo de luta por moradia digna, e a Associação Anjos da Paz da Vila Santista, fundada em 2005 com atuações em ocupações irregulares e com o objetivo de luta por moradia popular para famílias de baixa renda. Outro protagonista importante nesse processo é a assessoria escolhida pelos representantes desses três movimentos para realizar os trabalhos tanto de 31 projetos arquitetônicos e obra, como de trabalho social, que é a Ambiente Arquitetura, fundada em 1992, com o objetivo de atuar com os movimentos de moradias em processos de autogestão e mutirão.

formato. Além disso, o trabalho social e de mutirão com os grupos acontecem há 10 anos, sendo que destes, apenas 4 são de processos de obra, que está em andamento até o momento, 2021. Relaciona-se com o processo de luta por moradia na história da sociedade brasileira, uma vez que o projeto tem particularidades específicas e complexas, na forma de organização para a conquista da terra, para os projetos arquitetônicos e, principalmente, para o trabalho social. Representa um marco no âmbito da construção por autogestão de HIS.

O processo de urbanização no Brasil foi intenso especialmente na segunda metade do século XX, com o crescimento desordenado e desigual das cidades brasileiras, principalmente nas áreas metropolitanas.

Nos anos 1980, a dificuldade de acesso à terra nas grandes cidades brasileiras agrava a situação dos trabalhadores sem moradia e sem condições básicas de sobrevivência. A velocidade da urbanização, acrescida da ausência de planejamento por parte do Estado, contribuiu para a segregação do espaço urbano, com graves consequências. A população migrante é excluída do acesso à terra e “amontoa-se em favelas, já que a terra urbanizada é um bem precioso e escasso nas cidades periféricas”. (MARICATO, 2010, p. 14).

Uma das respostas do Estado ao grande contingente de trabalhadores sem moradia foi a produção em massa de unidades habitacionais entre os anos 1964 e 1986, durante a ditadura militar, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH). O objetivo era construir habitações para famílias de média e baixa renda, mas segundo Bonduki (1992), pouco atendeu a população de baixa renda. O acesso às habitações ficou restrito a quem tinha condições financeiras, e a quase totalidade das unidades foi produzida por construtoras, sem a participação dos moradores nas decisões acerca de sua moradia. Kowarick (1993, p.28), aponta que no pensamento elitista e autoritário brasileiro “a política é considerada como algo especial e restrito a poucos”, de modo que a população não deveria participar dos processos de decisão por não possuir o conhecimento adequado, devendo “ser guiada por um minguado grupo de esclarecidos”.

Logo após o término da ditadura militar, em meio à crise econômica do governo Sarney (1995-1990), o BHN é extinto sem introduzir novos mecanismos de

financiamento para a habitação popular. Assim, desde a década de 1960, observa-se que os poucos programas habitacionais criados foram voltados ao mercado imobiliário e nenhum destinado a atender a reinvindicação dos movimentos de moradia. A partir da segunda metade dos anos 1970 e durante a década de 1980, os movimentos sociais de moradia insurgiram, com diferentes frentes de luta (favelas, cortiços, loteamentos clandestinos) somando-se aos movimentos por melhores condições de vida e de trabalho e pela conquista da Constituição Federal de 1988, marco histórico para a garantia de direitos.

Nesse contexto de retomada das lutas, surgem os movimentos locais e nacionais por moradia e também o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU) e o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), principais organizações e articulações relacionadas à luta da questão urbana no Brasil.

Desde então, observam-se muitas pautas voltadas ao atendimento da população trabalhadora; à garantia de direitos; a criação de políticas públicas, com participação popular nos processos de tomada de decisão, não apenas pautas dirigidas à moradia, mas ao direito às cidades, como também a reivindicação de programas que atendam à reivindicação dos movimentos de moradia, como, por exemplo, a autogestão na produção habitacional.

Nota-se a necessidade de realizar trabalho político e coletivo com a população como uma realidade presente no processo de enfrentamento ao capital. Por meio das pressões dos movimentos sociais, bem como os profissionais que partilham da luta dos trabalhadores, o Estado foi criando financiamentos, programas e subsídios para aquisição de moradia, mas, sempre na lógica da propriedade privada (Quadro 1)

Essas pautas e lutas atravessam a década de 90 e chegam nos anos 2000, com a conquista do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001), que regulamenta o capítulo Política Urbana da Constituição Federal de 1988, afirmando em seus princípios o planejamento participativo e a função social da propriedade.

A partir de 2003, com o Governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, tem-se um novo momento político para a política urbana, com a criação do Ministério das Cidades e a oportunidade de implantação das propostas e reivindicações dos movimentos sociais.

Quadro 1 – Breve histórico dos programas habitacionais (2019)

ANO	PROGRAMA/FINANCIAMENTO	GOVERNO
1960 1970 1985	Sistema Financeiro da Habitação (SFH) gerido pelo Banco Nacional de Habitação (BNH); Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab); Institutos de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoops)	Militar
1990	Programa de Ação Imediata para a Habitação (PAIH)	Fernando Collor de Melo
1991	Programa de Habitação Popular (Prohap)	Fernando Collor de Melo
1991	Programa Empresário Popular (PEP); Inoocops com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Fernando Collor de Melo
1994	Programa Morar-Município	Itamar Franco
1995	Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	Fernando Henrique Cardoso
1995	Carta de Crédito	Fernando Henrique Cardoso
1999	Programas Habitar Brasil que recebe a denominação de Programa Habitar Brasil BID (HBB)	Fernando Henrique Cardoso
2009	Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV)	Luis Inácio Lula da Silva

Fonte: Elaboração HEIN; C. D. S. (2019).

Em 2004, no governo Lula, em âmbito federal, o programa Crédito Solidário é criado com vistas a permitir que os movimentos pudessem gerir todas as etapas dos projetos de HIS. Entretanto, havia armadilhas e exigências que não atendiam a realidade da população.

Neste sentido, as lutas dos movimentos de moradia continuaram, até que em 2009, foi criado o Programa Minha Casa Minha Vida e sua modalidade Entidades (PMCMV-E), destinada à população de baixa renda, organizada em associações que prevê a compra antecipada de terrenos, a construção civil das moradias e o recurso para o trabalho social, consideravelmente superior ao programa anterior.

É preciso reconhecer os avanços no PMCMV-E, mas também suas contradições ao passo que possibilita a autogestão na produção habitacional e, ao mesmo tempo, reforça a lógica de mercado. É nesse contexto das cidades desiguais e das lutas dos movimentos de moradia por políticas habitacionais e programas auto gestionários que se inscreve o Movimento Noroeste, o projeto Alexios Jafet e a UMM-SP na cidade de São Paulo.

2. OS PROFISSIONAIS EM VIA DE MÃO DUPLA E DEFESA PELO TRABALHO EMBASADO POR DIMENSÃO POLÍTICA

Defende-se a formação política, no contexto de ideologias burguesas, como aquela capaz de estimular o pensamento crítico, contribuir para que seja revelado o que está para além do aparente, para que os trabalhadores possam pensar em propostas de enfrentamento e conseguir sua autonomia. Ter a possibilidade de desvendar a realidade e assim construir suas críticas. Destaca-se ainda que a defesa pelo mesmo projeto político entre os profissionais que atual no projeto Alexios Jafet por meio da assessoria técnica Ambiente Arquitetura, contribui às ações de formação política tanto dos profissionais que compõem a classe trabalhadora, como das famílias participantes no movimento. Além disso, é fundamental a relação com o outro, pois "o outro é a própria condição da vida e da convivência, é o que nos ensina a filosofia da diferença. Na vila ou na ilha, sem outros não somos, apagam-se as possibilidades" (GALLO, 2012, p.177). Neste contexto, está presente os profissionais da assessoria técnica Ambiente arquitetura que atuam na perspectiva de defesa de direitos com os movimentos de moradia. A contratação de assistente social para realização do trabalho com as famílias do projeto Alexios Jafet, foi realizada por Isabel Cabral, arquiteta fundadora da assessoria técnica, entretanto, não foi uma opção aleatória ou por exigência dos programas.

Foi uma opção por uma das particularidades da profissão, conforme indicado por Santos (2016, p.151-152), quando apresenta as narrativas de Isabel:

> Foi uma opção também que a gente teve, uma condição importante que a gente teve, essa oportunidade de ter, considerando o técnico social, mas de formação de assistente social, com um viés mais político, vamos dizer assim, que vem de uma trajetória também com movimento social, isso para nós é importante.

No projeto Alexios Jafet, do período de 2010 até meados de 2016, não ocorriam processos de obra e, por esse motivo, os poucos profissionais presentes neste período, ao passo que buscavam as aprovações burocráticas do projeto arquitetônico, buscaram planejar ações e conteúdos tanto do trabalho social, como de ações de formação dos grupos com os arquitetos.

Inicialmente, havia divergência sobre a atuação e o papel do profissional de Serviço Social na realização do trabalho social, pois era uma das primeiras vezes que a assessoria contava com assistentes sociais e vinculava as ações das profissionais, com a experiência de outros trabalhos. Com isso, foram necessários enfrentamentos para fortalecer a forma e a defesa de trabalhos realizados por assistentes sociais que, com o tempo, conseguiram ganhar espaço e respeito às ações e o reconhecimento das particularidades da profissão. Por outro lado, as profissionais de Serviço Social também apreenderam as formas de relações com as lideranças proporcionadas pela convivência com os profissionais da arquitetura, assim como outros ricos elementos de troca. O profissional de Serviço Social está inserido no contexto histórico da sociedade, nas relações sociais e das identidades construídas e atribuídas da profissão, sendo

> as primeiras, compreendidas como sínteses dialéticas entre modos de ser e de aparecer socialmente das profissões, as segundas como identidades que decorrem de circuitos externos às próprias profissões. (MARTINELLI, 2013, p.152).

Assim, os profissionais da arquitetura indicavam suas percepções sobre as identidades atribuídas aos profissionais de Serviço Social. Do final de 2016 até 2020, foi possível o alinhamento de ideias e defesas políticas. Muitas ações dos trabalhos e dos conteúdos são debatidas pela equipe e apresentadas aos grupos de famílias. No contexto de profissionais, não há cerceamento ideológico ou sobre do papel do trabalho social nas ações, pois os arquitetos respeitam a autonomia dos profissionais que realizam o trabalho social, bem como partilha da defesa dos conceitos apresentados, somando-se a eles. Em Hein (2021, p. 160) podemos observar as considerações da arquiteta Renata Miron[5], e como as particularidades da profissão de Serviço Social são perceptíveis e transformadoras:

> Eu trabalho há dez anos com a assessoria técnica [...] e eu acredito que o assistente social se diferencia dos outros técnicos sociais, porque ele vai trabalhar com as famílias, antes de tudo, a consciência crítica, buscando politizar os problemas cotidianos, no movimento de tentar emancipar

[5] Arquiteta e urbanista que não é uma das autoras e compõe a equipe de arquitetas da Assessoria Técnica Ambiente Arquitetura. Graduou-se na Universidade Mackenzie e é estudante de Mestrado em Serviço Social pela PUC/SP.

> pensamentos sem criar vínculos de dependências e não se limitando a fazer com que aquelas pessoas convivam bem no coletivo, o que já é um ganho muito grande, mas que elas consigam levar essas reflexões para a vida e que não fique só na questão da moradia. Eu acho que ele tem um papel importante também, dentro da equipe [...] alinhando projetos políticos e reafirmando as nossas ideologias, estimulando que a gente não se distancie muito e não deixe de criticar o que a gente vive, não deixe de criticar o que a gente reproduz [...] mediante as urgências dos próprios canteiros, que tudo é pra ontem, o assistente social nos ajuda [...] a não cair na alienação da reprodução do trabalho [...] não é uma ajuda, no sentido de conselho [...] quando a gente participa do trabalho com as famílias, enquanto ouvintes, inclusive, a gente também aprende [...] aí é impossível não refletir as questões [...] no nosso cotidiano profissional.

Tal observação pode estar relacionada às habilidades do profissional de Serviço Social e à articulação orgânica entre suas dimensões: formativas, interventivas e investigativas, e “constitui-se em um dos princípios organizativos da formação e exercícios profissionais” (GUERRA, 2013, p. 64). Nessa via de mão dupla, o assistente social pode subsidiar e oferecer respostas qualificadas às manifestações de comportamentos embasados nas ideias da classe dominante, bem como das desigualdades sociais. Por outro lado, deve-se repensar, modificar e receber as contribuições dos profissionais da arquitetura, assim como dos participantes nos movimentos, pois o alinhamento do projeto político é necessário ao enfrentamento das amarras do capital.

No contexto em que os trabalhadores são convidados, pela lógica de mercado, a esvaziar os sentidos das palavras, o assistente social é reconhecido como capaz de revelar que as palavras estão repletas de sentidos. Há o reconhecimento de que o profissional de Serviço Social, por meio de suas particularidades vinculadas à dimensão política da profissão, pode contribuir ao despertar para as reproduções de ideias que retiram os sentidos das relações sociais. Entre os assistentes sociais que atuam juntos desde o início da etapa obra, há alinhamento de ideias e defesas políticas embasado nas diretrizes e na dimensão política da profissão, de forma que todos os conteúdos que serão trabalhados com os movimentos são debatidos coletivamente tanto entre os assistentes sociais como com os profissionais da arquitetura, que realizam reflexões acerca dos possíveis resultados e avanços para além da construção das moradias.

3. SERVIÇO SOCIAL E ARQUITETURA NO TRABALHO EM ESPAÇO DE MUTIRÃO:

O espaço de mutirão contribui para a cooperação consciente entre os trabalhadores por um mesmo objetivo. Com isso, não estamos afirmando que mutirão não é trabalho ou que as pessoas tenham que construir suas moradias, afinal, é papel do Estado atender à população com moradia. Indica-se que, no contexto do capital, o mutirão é um lugar diferenciado, pois, ao contrário do modo de produção capitalista, possibilita ao trabalhador a execução acompanhada da reflexão que, juntas, nesse processo, possibilitam ao indivíduo realizar-se em sua ocupação e a possibilidade de libertação política, pois "o homem se liberta, ao liberta-se politicamente" (MARX, 2012, p. 55). A divisão entre o trabalho intelectual e o manual compõe a ideia de cooperação capitalista.

O mutirão[6] diferencia-se, ainda, do trabalho em grande escala do capital, que proporciona ao trabalhador largas jornadas, que lhe retira a humanidade; o prazer de estar com a família, com os amigos; a possibilidade de realizar reflexões críticas, pois o tempo que o trabalhador teria para pensar, está preocupado com as contas a pagar, com o que comer, onde morar e como sobreviver. Na forma de cooperação do capital, os trabalhadores "como cooperadores, membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específico do capital" (MARX, 2013, p. 408).

Para a UMM-SP, a opção de manter as ações de mutirão é a defesa de que também é um espaço de criar rebeldia; quebrar as regras do capital; e construir consciência política. As narrativas de Valter acerca dos processos de mutirão, revela:

> *[...]então tipo, essa união faz o diferencial do movimento de outras coisas [...] a gente tá aprendendo a conviver um com o outro. Aqui a gente tá aprendendo a ser um pouco mais humano, porque a gente se põe no lugar do outro, a gente vive a angústia do outro aqui. E é isso aí. Isso é uma das coisas que me fez acreditar aqui no Movimento também, a gente tem nossas diferenças, a gente discute às vezes, mas democracia é isso, né, a gente, no final, sempre chega num bom senso* (Depoimento de Valter, 2020*).*

Portanto, o espaço de mutirão é defendido pelas famílias que participam dos processos. Não o fazem por obrigação, nem o consideram um sofrimento; ao contrário, afirmam que é possível realizar reflexões no processo de trabalho em mutirão. Valter destaca

[6] Nos mutirões do projeto Alexios Jafet, cada família comparece uma ou duas vezes no mês para essa atividade, especificamente, pois o principal foco está na autogestão de todos os processos e não apenas na construção da moradia. Durante a semana, as obras são realizadas por serviços escolhidos e contratados pelas famílias, em assembleia.

que nesse espaço está aprendendo a ser "um pouco mais humano". Especificamente acerca dessa narrativa, foi um dos poucos momentos que o questionamos, para tentar compreender o que ele quis dizer com a frase, pois surgiu a inquietação de qual momento ele poderia ter sido "menos humano:

> *Quando estou aqui que estou fazendo as coisas que eu gosto junto com a galera eu me sinto mais empolgado, mais vivo. Porque você está vendo que você está fazendo e vai dando resultado. Vou te dar um exemplo, [...], eu consigo ver na cara das pessoas a satisfação na hora que a gente está fazendo a atividade. Um sentimento de dever cumprido ali, mais uma etapa pronta. [...] é muito da hora. Você vê o cansaço das pessoas, mas você vê que o emocional está mais livre. Quando olhamos tudo que fizemos, pensamos "putz mano, arrebentamos". A gente faz uma parte e junta com que a outra pessoa fez, você vai olhar no somatório, dá um "bagui" grande. Você não chega em casa e fala: "To cansado, trabalhei pra burro e não vi vantagem em nada". Não! Nem parece que a gente fez tudo isso. E isso que te deixa mais vivo, mais humano, mais solidário. Eu costumo separar muito as coisas: o que é trabalho e o que é mutirão* (Depoimento de Valter, 2020).

Na narrativa, observam-se os seguintes elementos: O trabalhador se satisfaz ao realizar e acompanhar todo o processo de seu trabalho, em especial, ao observar seu produto, que lhe pertence; o cansaço no trabalho do mutirão não é o que esgota o trabalhador nem lhe causa estranhamento ao fruto de seu trabalho, tampouco na relação com os outros trabalhadores. Valter narra acerca dessa diferença entre o trabalho assalariado do patrão e das relações sociais capitalistas e o trabalho no mutirão.

> *É assim, na semana[7], eu me sinto como proletário, como empregado. Ainda mais de um tempo para cá que as pessoas foram me barrando [...] de muitas ideias [...] eu não posso falar, eu não posso publicar, eu não posso mostrar o meu ponto de vista [...] e no mutirão é diferente, as pessoas me procuram para querer saber das coisas [...], eu me sinto importante, tá ligado? Não porque: "Ah, as pessoas estão me chamando então eu sou o 'F...' aqui" [...] as pessoas pedem a minha ajuda e eu explico a forma que tem que ser feita as coisas e às vezes escuto também a forma que tem que ser feita. E, no fim, a gente soma e vê o resultado de uma coisa satisfatória. E durante a semana não. Sabe aquele videozinho[8] lá que você acorda, vai para o trabalho, volta para a casa e se levanta no outro dia e fala: "Caramba, eu tenho que trabalhar de novo" [...] na semana, lamentavelmente, meu olhar é de funcionário. Vou fazer a minha parte para o patrão não reclamar do meu serviço, mas eu não posso mais opinar* (Depoimento de Valter, 2020).

[7] Quando Valter destaca o "*trabalho na semana*" está se referindo ao trabalho para o qual foi contratado na obra do projeto Alexios Jafet, como almoxarife.
[8] Animação em vídeo utilizada pela assistente social, durante atividades do trabalho social, intitulado: O Emprego. Direção de Santiago Bou Grasso. Disponível no YouTube desde 2014.

A narrativa apresenta contradição a respeito da relação do trabalho com o Movimento Noroeste e chama a atenção a narrativa, pois o "patrão" de Valter, durante a semana, é uma das lideranças, coordenação do Movimento Noroeste. Entretanto, a própria liderança é também trabalhadora e, muitas vezes, o que acontece é que

> a estrutura de seu pensar se encontra condicionada pela contradição vivida na situação concreta, existencial, em que se "formam". O seu ideal é, realmente, ser homens, mas, para eles, ser homens, na contradição em que sempre estiveram e cuja superação não lhes está, clara, é ser opressores. Estes são o seu testemunho de humanidade. (FREIRE, 1987, p.17, grifos do original).

O trabalho do mutirão desperta sentimentos de conquista enquanto o trabalho para o capital causa sentimento de fracasso; causa o sentimento de um trabalho em que não há vantagens para o trabalhador; o trabalho no mutirão contribui para que o trabalhador se sinta mais vivo; e o trabalho para o capital faz com que o trabalhador se sinta sem expectativas de futuro. O mutirão possibilita manter a humanidade das relações sociais enquanto os modos de produção do capital retiram-lhe a humanidade.

Não apenas os profissionais de Serviço Social da assessoria contribuem para esse processo. Os profissionais da arquitetura, que, na maioria das vezes, participam, a partir da particularidade de sua profissão, no planejamento e nas ações do trabalho social, e vice-versa, trazem elementos importantes para a relação com os trabalhadores.

> *Nesse tempo que eu estou aqui, eu não sabia o que era uma planta baixa. Eu comecei a conversar com as meninas da arquitetura aqui, o pessoal que faz assessoria para a gente. As meninas, com toda paciência, me mostraram o que era a planta baixa. Me mostrou o que é duto e coisas que só se aprende na escola, na faculdade e estou aprendendo aqui na prática, no dia a dia e na raça. O pessoal, quando a gente tem dúvidas, eles esclarecem. São pessoas que te ouvem, por mais que você não tenha o mesmo grau de estudo que eles. Eles te ouvem e aceitam opinião* (Depoimento de Valter, 2020).

Os profissionais que atuam no projeto Alexios Jafet com as famílias participantes no Movimento, não defendem a ideologia burguesa de divisão de trabalho manual e intelectual[9]. E, por meio das narrativas de Valter, podemos observar

[9] Para maior aprofundamento da temática, ler Marilena Chauí. O que é ideologia.

que a atuação embasada pela defesa de direitos se reflete na relação e organização entre trabalhadores.

> *Não é um pessoal que fala, "o arquiteto, o engenheiro, o mestre sou eu". Não! Aqui a gente tem um convívio legal com isso [...] a gente sempre está junto para dúvidas, para soluções. A gente resolve tudo aqui no coletivo, tudo é de um e é de todos, é igual a geladeira: O que tem na geladeira é de um e ao mesmo tempo é de todos. Ninguém sabe quem colocou, mas todos vão comer um pouquinho (risos). E é isso, a gente faz um pouco de tudo aqui[...], de tudo a gente aprende* (Depoimento de Valter, 2020).

Em 2019, em diálogos[10] com a assistente social, a arquiteta destacou que sua atuação na obra e nos mutirões, bem como nas relações com as famílias participantes, foi influenciada pelas ações do trabalho social, conforme observamos em Hein (2020, p. 243).

> Todo esse processo de autogestão com mutirão e com as cinquenta mil atividades do social, nos envolve demais com as famílias que vão morar lá. Aprendemos juntos [...], a ter um papo bacana sobre mulheres, enfim [...], mas posso dizer que esse trabalho me aproximou muito dessas 1.104 famílias que irão morar lá [...] na obra e, nos mutirões, a gente não faz as coisas só do jeito do arquiteto ou do engenheiro, lá, a gente discute de igual para igual, estamos ali para ouvir o outro e somarmos as opiniões e esse ensinamento eu levo para vida. Eu sempre penso que não sou eu que vou morar ali, então, a opinião deles importa muito; fazemos as perguntas diretamente, tentamos levar alternativas para escolherem tudo o que faz parte dessa construção [...] essa parte de ouvir o outro e pensarmos juntos nas coisas, acho que foi um grande aprendizado.

Os mutirantes se transformam enquanto constroem suas moradias e na relação com o outro. A contribuição do trabalho social para os espaços de mutirão, para além da organização dos grupos, é no despertar para a realidade vivida e fornecer elementos para que os participantes possam pensar seus próprios processos, compará-los, e se organizar para os enfrentamentos necessários.

3.1. Trabalho social e a contribuição do arcabouço profissional

No início de 2017, após escutar por mais de uma vez, de pessoas que compõem o Movimento Noroeste, dizerem: "Aqui tem hierarquia", a assistente social e a arquiteta sentiram necessidade de discutir como se estrutura a sociedade e o que

[10] Compõe o diário de campo de uma das autoras, que é assistente social, de 8 de junho de 2019. A arquiteta em questão é também uma das autoras.

se pretende de diferente no Movimento Noroeste. O objetivo era debater a estrutura de classe e a divisão da sociedade entre classe trabalhadora e classe burguesa. Para isso foi utilizada a imagem da pirâmide capitalista. Como essa atividade do trabalho social contribuiu com os participantes do projeto e no Movimento? Valter cita em suas reflexões:

> *Com o trabalho social, a gente tá aprendendo o que engloba a gente, o que é sociedade, o que é o entorno da obra, o que engloba onde a gente vai morar, e referente a tudo, à política, economia, ao conceito, como lidar com as diferenças, como lidar com as coisas que a gente não conhece, entre outras. É por exemplo essa semana eu estava lembrando com meus amigos aqui, um trabalho social que passou que foi muito importante que explicava sobre a pirâmide do capitalismo, de quem levava o maior peso, quem ficava com o peso do capitalismo que é nosso, os trabalhadores, é, a classe operaria. E aconteceu um fato engraçado que eu peguei e falei assim: "Nossa, isso aqui tá igualzinho o que foi passado no social, a hierarquia tá lá em cima só colhendo os frutos e a gente tá aqui trabalhando e sem poder reclamar dos nossos direitos, devido à política que tá acontecendo no nosso país, a forma que tá sendo conduzida as coisas", então, foi uma das coisas que eu aprendi no social, que no meu dia a dia eu vi, eu lembrei e entre outras, né?* (Depoimento de Valter, 2020).

Contribui, em processos, com elementos para compor os valores coletivos e humanos do trabalhador. O destaque, na narrativa de Valter, é a percepção do trabalho social como capaz de trazer elementos para um olhar crítico da sociedade em que está inserido. As narrativas expressam, além das ações realizadas pelas lideranças do Movimento Noroeste, as discussões orientadas pela assistente social e arquitetas no decorrer de dez anos e no processo de formação política. Valter indica o trabalho social como aquele que contribui para o senso crítico dos participantes e atenta para a cultura abordada pelos canais de televisão e quanto o trabalho social contribui para a perspectiva crítica na análise de tal cultura. Então, "por mais que tente [...] influir no comportamento. Na informalidade, as massas são desobedientes a ordem e [...] estabelecem relações de afetividade e convivência" (BOGO, 2010, p.158).

A compreensão dos participantes acerca dos elementos que lhes são apresentados pelo trabalho do assistente social, ocorre no processo desse trabalho, na participação deles nas atividades, na vontade e disposição em debater, questionar, enfrentar e propor. O indivíduo é parte das relações sociais em que está inserido,

transformando a realidade do seu entorno e sendo transformado, a partir das relações que vão sendo construídas.

O trabalho social contribui para a ruptura do cotidiano e a transgressão da ordem estabelecida pelo sistema capitalista, pois é no instante dessas rupturas do cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se instaura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão (MARTINS, 1998, p. 6). Pode-se considerar que Valter apreendeu, por meio da proposta de formação política, elementos que estimularam o pensamento crítico e, a partir das situações que ele vivência em seu cotidiano enquanto trabalhador, realiza as reflexões acerca realidade e de como as coisas são na sociedade.

4 CONCLUSÃO

São dois projetos societários em disputa: a) o da sociabilidade capitalista que aliena e desumaniza e cria disputa entre os trabalhadores; b) o defendido pela classe trabalhadora, da qual fazem parte os assistentes sociais e profissionais da arquitetura que têm como perspectiva a sociabilidade coletiva que está sendo forjada no cotidiano e na luta dos trabalhadores em contraposição ao modelo hegemônico. O espaço dos movimentos de moradia é um campo onde é possível a inserção de diversos profissionais, cujo objetivos estejam alinhados ao da classe trabalhadora; nesse sentido, é também, para o Serviço Social, um espaço de possibilidades para o exercício profissional. Se o foco de formação política dos participantes do Movimento não estiver embasado na consciência de classe para que a organização política dos trabalhadores seja fortalecida rumo à autonomia e emancipação das amarras do capital, podem surgir riscos de perda política nos processos de luta. Por outro lado, as contribuições dos profissionais e das lideranças da UMM-SP, possibilitam aos trabalhadores a apreensão de elementos que os fazem avançar dentro e fora dos espaços do movimento. Considerando que experiências como as investigadas no presente estudo representam uma pequena parcela da produção de HIS no Brasil, o desafio para os movimentos e profissionais comprometidos com o enfrentamento dos problemas urbanos envolve a ampliação de experiências coletivas de trabalho, nessa área, que contribuam para a construção de uma sociedade mais igualitária e justa, na contramão do modelo excludente capitalista.

REFERENCIAS

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. São Paulo: Editora, Expressão Popular, 2010.

BONDUKI, N. (1992). **Habitação e autogestão** - Construindo territórios de utopia. Rio de Janeiro: Fase.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALLO, Silvio. Imagens do outro na filosofia: o desafio da diferença. ETD – **Educação Temática Digital.** v.14, n.1, p.160-178, Campinas, 2012.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. *In*: SANTOS, Claudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. 2. ed. Juiz de Fora: Editora EFRJ, 2013.

HEIN, Cleonice Dias dos Santos. **Qual a contribuição do Trabalho do Assistente Social para a sociabilidade coletiva?** Tese (doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2020.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana.** 2. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

MARICATO, E. (2010). O Estatuto da cidade periférica. In C. S. CARVALHO & A.C. ROSSBACH (org.). O estatuto da cidade comentado. São Paulo: Ministério das Cidades/ Aliança das Cidades, 2010, pp. 5-22.

SANTOS, Cleonice Dias dos. **Trabalho social e movimentos de moradia**: Um estudo da trajetória da assessoria técnica Ambiente Arquitetura e da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 2016. Tese (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2016.

MARTINELLI, Maria Lucia. A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise. **Revista Serv. Soc. & Saúde**, Campinas, SP, v. 12, n. 2 (16), p. 145-156, jul./dez. 2013.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 1998, p. 1-8.

MARX, Karl. **O capital**. L I. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O leitor de Marx**. Org. José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.